

SUMÁRIO

1		
1	A FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO CIVIL E A EXISTÊNCIA DE BENEFÍCIOS PROCESSUAIS	23
1.1	O Direito Processual da Fazenda Pública ou Direito Processual Público – abrangência	23
1.2	Fazenda Pública – conceito	24
1.3	Os benefícios processuais da Fazenda Pública e sua legitimidade	28
1.3.1	O princípio da supremacia do interesse público legitima regras processuais diferenciadas à Fazenda Pública?	28
1.3.2	A constitucionalização do Processo Civil e as garantias constitucionais do processo	34
1.3.2.1	A igualdade processual	39
1.3.2.2	O acesso à Justiça	45
1.3.2.3	O contraditório e a ampla defesa	48
1.3.2.4	Prerrogativas ou privilégios?	50
1.4	A Advocacia Pública no Código de Processo Civil de 2015	53
1.5	Os atos de comunicação processual	54
1.5.1	Intimação pessoal da Fazenda Pública	54
1.5.2	A citação da Fazenda Pública (artigo 242, § 3º)	57
1.6	Exemplos de tratamento diferenciado conferido à Fazenda Pública à luz da jurisprudência do STJ	57
2		
2	COMPETÊNCIA E A FAZENDA PÚBLICA	61
2.1	Competência da Justiça Federal para ações relativas à Fazenda Pública federal ...	61
2.1.1	Competência para a apreciação do ingresso de ente federal em processo da Justiça Estadual	66
2.1.2	Competência territorial	69

2.1.3	Competência da Justiça Federal e ações civis públicas	73
2.1.4	Competência da Justiça Federal e ações de improbidade	74
2.2	Competência territorial e de Juízos Especializados na Justiça Estadual	77
3		
A FAZENDA PÚBLICA E OS SUJEITOS DO PROCESSO		81
3.1	A capacidade processual da Fazenda Pública	81
3.1.1	A representação dos Estados e do Distrito Federal por meio de outra Procuradoria e os limites para essa atuação (artigo 75, § 4º).....	84
3.2	A Fazenda Pública no polo passivo e a ocorrência de revelia	86
3.3	Intervenções de terceiros e a Fazenda Pública.....	88
3.3.1	Denúnciação da lide	88
3.3.2	Intervenção anômala.....	92
3.3.2.1	Deslocamento de competência para a Justiça Federal?	94
4		
OS ÔNUS FINANCEIROS DA FAZENDA EM JUÍZO		97
4.1	Os honorários da sucumbência	97
4.1.1	Condenação em diferentes faixas percentuais	99
4.1.2	Sentenças ilíquidas e relações de trato sucessivo	100
4.1.3	Direito intertemporal: a partir de quando incide a nova regra de honorários nas ações em que for parte a Fazenda Pública?	101
4.1.4	Honorários de sucumbência e execução fiscal	102
4.1.5	Honorários e caráter alimentar – art. 85, §14, do CPC	103
4.1.6	Honorários arbitrados com base na equidade – art. 85, §8º, do CPC.....	104
4.2	Multas processuais	105
5		
OS BENEFÍCIOS DE PRAZO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA.....		109
5.1	Prazos diferenciados para a prática de atos processuais e o modelo constitucional de processo	109
5.2	O benefício de prazo e suas exceções	113
6		
O REEXAME NECESSÁRIO.....		121
6.1	Natureza jurídica e constitucionalidade.....	121
6.2	Cabimento.....	124
6.2.1	Sentenças ilíquidas	128

6.2.2	Exclusão da remessa fundada em precedentes.....	129
6.2.2.1	Remessa e o precedente administrativo.....	131
6.2.3	Remessa necessária e legislação especial.....	132
6.4	O julgamento antecipado parcial do mérito dá ensejo ao reexame?	133
6.5	Procedimento e recursos da decisão do reexame	136
7		
	MEDIDAS DE URGÊNCIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	141
7.1	Vedações a medidas de urgência em face da Fazenda Pública	144
7.2	A estabilização da tutela antecipada antecedente e a Fazenda Pública.....	152
8		
	EXECUÇÃO DE QUANTIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	157
8.1	A especialidade procedimental.....	157
8.2	Características procedimentais	160
8.2.1	Cumprimento de sentença por quantia certa	162
8.2.1.1	Cumprimento provisório de sentença em face da Fazenda Pública?	170
8.2.2	Execução de título extrajudicial.....	173
8.2.2.1	Embargos à execução.....	173
8.2.2.2	Remessa necessária e apelação	176
8.3	Meios de satisfação ao exequente: precatório e requisição de pequeno valor	178
8.3.1	As requisições de pequeno valor	178
8.3.1.1	Parcelamento do valor da execução?	181
8.3.2	O sistema do precatório	187
8.3.2.1	Prazos para pagamento – Após a promulgação da EC n. 114/21.....	188
8.3.2.2	Meios executivos para a satisfação de precatórios em atraso.....	196
8.3.2.3	Cessão e compensação de precatórios.....	199
8.3.3	As ordens cronológicas para pagamento dos precatórios.....	201
8.3.4	O regime especial decorrente da Emenda Constitucional n. 62	204
8.3.5	A Emenda Constitucional n. 114/21 e as regras sobre pagamento de precatórios.....	208
9		
	EXECUÇÃO FISCAL	211
9.1	Cabimento. A certidão de dívida ativa e os legitimados ativos.....	211
9.2	Legitimidade Passiva.....	218
9.3	Competência	225

9.4	Procedimento.....	227
9.4.1	A citação do executado	228
9.4.2	Penhora	229
9.4.3	Defesa do executado	233
9.4.3.1	Necessidade de garantia para embargar.....	235
9.4.3.2	Efeito suspensivo dos embargos.....	237
9.4.3.3	Outros aspectos	238
9.4.4	Outros meios de defesa do executado.....	239
9.4.5	Suspensão da execução fiscal	241
10		
MANDADO DE SEGURANÇA		245
10.1	Histórico e natureza.....	245
10.2	O direito líquido e certo	246
10.3	Prazo.....	250
10.4	Atos passíveis de mandado de segurança	252
10.4.1	Atos administrativos	252
10.4.2	Atos legislativos	255
10.4.3	Atos judiciais	257
10.5	Legitimidade para o Mandado de Segurança.....	266
10.5.1	Legitimidade ativa	266
10.5.1.10	falecimento do impetrante	267
10.5.2	Legitimidade passiva	268
10.5.3	A autoridade coatora.....	271
10.5.3.1	Correção da indicação da autoridade.....	274
10.5.3.2	Teoria da encampação.....	275
10.6	Procedimento	277
10.6.1	O julgamento da ADI 4296 e a contracautela	280
10.7	Recursos cabíveis	282
10.7.1	Mandados de segurança de competência originária de juízos de primeiro grau.....	282
10.7.1.1	Mandados de segurança de competência originária dos Tribunais.....	286
10.8	Coisa julgada	290
10.9	Desistência	294
11		
INCIDENTE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE DECISÕES CONTRÁRIAS AO PODER PÚBLICO		297

11.1	Conceito e previsões legais.....	297
11.2	Natureza jurídica.....	300
11.3	Legitimidade.....	302
11.4	Competência.....	304
11.5	Relação do pedido de suspensão com recursos em face da mesma decisão....	306
11.6	Procedimento e recursos da decisão do incidente de suspensão.....	308
11.7	Duração da eficácia da decisão de suspensão.....	314
11.8	Extensão de efeitos da decisão de suspensão.....	318

12

AÇÃO POPULAR.....	319	
12.1	Conceito. Bens tuteláveis.....	319
12.2	Legitimidade.....	320
12.2.1	Legitimidade ativa.....	320
12.2.2	Legitimidade passiva.....	322
12.3	Atos passíveis de ação popular.....	324
12.3.1	Atos legislativos.....	326
12.3.2	Atos jurisdicionais.....	328
12.4	Competência.....	329
12.5	Procedimento.....	331
12.5.1	A decisão inicial da demanda.....	332
12.5.2	Resposta.....	334
12.5.3	Desistência e abandono.....	337
12.5.4	Sentença e coisa julgada.....	339
12.5.5	Meios de impugnação.....	340
12.5.6	Prescrição.....	342
12.6	Execução da sentença.....	343

13

A FAZENDA PÚBLICA E OS PROCESSOS DE INVENTÁRIO.....	345	
13.1	As modalidades de inventário previstas no Código de Processo Civil.....	345
13.2	A atuação da Fazenda Pública estadual nos inventários.....	348

14

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	357	
14.1	Os Juizados Especiais Federais.....	358
14.1.1	Competência.....	358
14.2	Partes.....	362

14.2.1 Capacidade postulatória.....	364
14.3 Procedimento	366
14.4 Sistema Recursal	370
14.4.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau	370
14.4.1.1 Sentenças	370
14.4.1.2 Recorribilidade das decisões interlocutórias?.....	373
14.4.2 Mandado de segurança em face de decisão judicial proferida nos Juizados Federais e nos da Fazenda Pública	378
14.4.2.1 Decisões das Turmas Recursais.....	383
14.5 Execução.....	388
14.6 Os Juizados Especiais da Fazenda Pública	391
14.6.1 Competência	391
14.6.2 Partes.....	394
14.7 Procedimento	396
14.8 Sistema Recursal	401
14.8.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau	401
14.8.1.1 Sentenças	401
14.8.1.2 Impugnação a decisões interlocutórias	403
14.8.1.3 Decisões das Turmas Recursais.....	405
14.9 Execução.....	408
15	
A FAZENDA PÚBLICA E OS DIVERSOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	411
15.1 O acesso à solução justa e os diversos meios de solução de controvérsias	411
15.2 Os diversos meios de solução de controvérsias podem ser utilizados pela Fazenda Pública? A indisponibilidade do interesse público não gera a indisponibilidade do processo judicial	415
15.3 Mediações e conciliações pela Fazenda Pública.....	417
15.3.1 Regulamentação legal da consensualidade pela Administração	418
15.3.2 O regime da Lei n. 13.140, sua aplicação à esfera federal e as regras de incidência nacional. A transação por adesão.....	422
15.3.3 A necessária mudança de cultura e o regime de responsabilidade do advogado público	425
15.3.4 Confidencialidade da conciliação ou da mediação?	426
15.3.5 A criação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos	428
15.3.6 A audiência de mediação ou conciliação e a Fazenda Pública	432
15.4 Autocomposição e ação de improbidade administrativa	435

16		
A FAZENDA PÚBLICA E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS		437
16.1	Autonomia da vontade e o processo	437
16.2	Negócios processuais pela Fazenda Pública	441
16.2.1	Negócios processuais sobre prerrogativas da Fazenda.....	443
16.2.2	Protocolos institucionais e negócios no caso concreto	446
17		
ARBITRAGEM E A FAZENDA PÚBLICA.....		447
17.1	A Arbitragem e os métodos adequados de solução de controvérsias	447
17.2	Arbitragem e Administração Pública	450
17.3	Limites da arbitrabilidade objetiva	453
17.3.1	Arbitragem e controle do mérito do ato administrativo	455
17.3.2	Arbitragem e cláusulas exorbitantes do contrato administrativo	456
17.4	Arbitragem de direito e regida pela publicidade.....	456
17.5	Formas de cumprimento da sentença arbitral	457
17.6	Arbitragem e setores de infraestrutura.....	458
REFERÊNCIAS		463